

8º Encontro de Economia Gaúcha Porto Alegre, maio de 2016

Em busca das seletividades na vazante: o perfil dos desligados do mercado formal de trabalho da RMPA em 2015

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho¹

RESUMO: O artigo analisa a evolução do emprego formal, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no ano de 2015. O uso das bases de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) permite estimar em 4,1% a retração deste segmento do mercado de trabalho. Isso significa a ruptura de uma trajetória de 10 anos de crescimento do número de postos de trabalho com registro em carteira, na Região. A análise contempla a caracterização da fase expansiva recente (2004-2014) e das perdas verificadas no ano passado, abordando o perfil do emprego gerado (ou perdido) segundo atributos pessoais dos trabalhadores (sexo, idade, escolaridade), do estabelecimento empregador (setor de atividade e porte, segundo o número de empregados) e dos vínculos de trabalho (tempo de serviço).

ABSTRACT: The article analyzes the evolution of formal employment in the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA) in 2015. Evidences from databases of the Ministry of Labour and Social Security (MTPS) allow estimating in 4.1% the retraction of this labor market segment. This means the breaking of a trajectory of 10 years of growth in the number of formal jobs in the Region. The analysis combines the characterization of both the recent expansionary phase (2004-2014) and the the losses occurred last year, addressing the profile of employment generated (or lost) according to personal attributes of workers (gender, age, education), of the employer's establishment (sector activity and size according to the number of employees) and the duration of working contracts (service time).

1. A ruptura de uma trajetória virtuosa: recuo temporal e algumas notas metodológicas

Este artigo constitui-se na primeira etapa de um esforço de pesquisa sobre o comportamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) em 2015, ano que marca uma drástica reversão da trajetória da ocupação em todo o país, trazendo de volta o crescimento das taxas de desemprego e uma variação negativa do número absoluto de postos de trabalho com registro formal. Esses fenômenos se fazem sentir nítida e

¹ Sociólogo, pesquisador do Núcleo de Desenvolvimento Regional (NDR) da Fundação de Economia e Estatística (FEE). sobrinho@fee.tche.br

intensamente na região nucleada pela capital do Rio Grande do Sul, foco deste estudo. No âmbito do presente texto, a análise se restringe ao emprego com registro formal e tem como fontes as bases de dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), como será um pouco mais detalhado na primeira subseção desta Introdução. A perspectiva é, na sequência futura da investigação, contemplar a série da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)² da RMPA, que permite esmiuçar informações não apenas sobre os assalariados com carteira assinada, mas sobre o conjunto da população em Idade Ativa (PIA) – quer os indivíduos se encontrem inativos ou ativos; neste segundo caso, desocupados ou ocupados; e, quanto a esse últimos, independentemente de sua “posição na ocupação” (não remunerados, autônomos, assalariados sem carteira, empregadores, além, evidentemente, dos empregados formais).

Considerou-se que os achados referentes ao segmento do emprego formal – qualitativamente diferenciado, próximo da ocupação mais “desejável”, porquanto coberta pelas garantias legais que resguardam as relações de trabalho, e, como tendência histórica, com remunerações médias superiores às dos autônomos e dos assalariados sem registro – já se revestiam de suficiente interesse para serem apresentados, em uma análise preliminar, sobretudo pela sua tempestividade, tendo-se presente que as séries completas do ano passado só foram muito recentemente publicadas.

O texto se estrutura em três seções: na primeira subseção desta introdução, a seguir, apresentam-se algumas advertências e esclarecimentos metodológicos, justificando-se escolhas e chamando-se a atenção dos leitores menos familiarizados com as bases do MTPS sobre determinados limites que elas impõem à análise.

A segunda subseção desta introdução faz um retrospecto muito breve do comportamento do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no decênio que precedeu o ano de 2015, que é o centro do interesse analítico do artigo. O aspecto central é destacar o ciclo de sucessivas variações positivas, ou seja, de crescimento, do emprego formal, como o País e – no território aqui enfocado, a RMPA – não experimentavam havia muito tempo. A despeito das variações de intensidade, todos esses anos tiveram expansão do trabalho assalariado com registro. Procura-se sumarizar a forma como esses postos de trabalho se distribuíram entre segmentos da força de trabalho, conforme atributos pessoais,

² Pesquisa realizada desde 1992, para a Região Metropolitana de Porto Alegre, a partir de um convênio que envolve as instituições que criaram a metodologia – o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), de São Paulo – , além da FEE e da Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS), ambas ligadas ao Poder Executivo do Rio Grande do Sul, com apoio de diversas outras entidades, com destaque para o MTPS, através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

bem como entre setores de atividade e portes dos estabelecimentos empregadores, antecipando-se o tratamento que se dará na continuidade do texto, dedicada às variações de 2015.

A segunda seção do artigo concentra-se nos dados referentes às admissões e desligamentos de trabalhadores ao longo do ano passado. Busca-se explorar os contrastes ou continuidades nas tendências de mudança da composição da força de trabalho metropolitana formalmente empregada, tendo por referência o comportamento nos anos anteriores, padrão ao qual são cotejados os movimentos que se puderam apreender nesse momento de inflexão que foi o ano de 2015, em que o volume da população empregada na RMPA se retrai. A questão que inspira o percurso da pesquisa pode ser formulada de forma bastante singela: é possível identificar seletividades, neste momento de cortes de postos de trabalho, ou estes se distribuem “proporcionalmente” entre os diferentes segmentos da população formalmente empregada? Por certo, uma segunda pergunta que deriva imediatamente da anterior é: em que direção, caso seja possível entrever essas seletividades, elas apontam? Para enfrentá-las, priorizaram-se seis interrogantes, que dizem respeito ao perfil dos estabelecimentos empregadores – setores de atividade e tamanho, ou “porte”(conforme o número de empregados) –; aos atributos dos trabalhadores (sexo, idade e escolaridade); e ao vínculo de trabalho “rompido” (o tempo de trabalho que havia sido acumulado no estabelecimento), em um aspecto que enfoca apenas aos registros administrativos relativos aos trabalhadores demitidos (e não ao saldo entre demitidos e demitidos, como nos demais casos).

O artigo se encerra com uma breve seção conclusiva, que não tem outra pretensão senão as de sumarizar as principais evidências coligidas até aqui e de indicar seu potencial aproveitamento para a continuidade das investigações dos pesquisadores da problemática.

1.1. Notas metodológicas

Este texto concentra-se nas bases de dados do MTPS, que se constituem em registros administrativos, alimentados pelas declarações que os estabelecimentos empregadores devem, por força de lei, apresentar periodicamente àquele Ministério. Anualmente, todos eles devem fornecer um amplo conjunto de informações sobre o empreendimento e sobre a força de trabalho formalmente contratada ao longo do exercício, as quais são consolidadas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa base é a que tem comprovadamente a maior cobertura e é mais abrangente em suas informações, constituindo-se na principal fonte de estudos sobre o emprego formal no Brasil.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), por sua vez, destina-se a consolidar mensalmente apenas as movimentações – admissões e desligamentos – de empregados celetistas. É, com isso, bem mais tempestivo do que a RAIS, mas bem menos completo. Além de não abranger todas as modalidades de vínculo formal de trabalho (Quadro 1), tem, reconhecidamente, um percentual mais elevado de omissões, especialmente no caso de estabelecimentos que encerram suas atividades. Isso pode gerar distorções bastante evidentes ao se tabularem algumas variáveis (como se terá exemplo, neste texto, quando se tratar das movimentações de 2015 segundo o porte dos estabelecimentos).

Quadro 1 – Principais características das bases de dados do MTPS

ITEM	RAIS	CAGED
Levantamento	Anual	Mensal
Tipo de vínculo	Qualquer tipo: estatutários, celetistas, temporários, avulsos;	Apenas os celetistas
Abrangência	Todos os empregados do ano base em 31/12 e movimentação dos admitidos e desligados mês a mês	Apenas a movimentação de admitidos e desligados
Obrigatoriedade	Todos os estabelecimentos, mesmo aqueles que não apresentaram movimentação	Apenas os estabelecimentos que apresentaram movimentação
Útil para estudos	Estruturais do mercado de trabalho formal	De análise de conjuntura do mercado de trabalho formal

Extraído do sítio do MTPS na internet (s/d)

Outro elemento importante é que o CAGED não oferece o que se costuma chamar de “estoque” de empregos: as tabulações dos registros administrativos que o alimentam permitem dimensionar (e desagregar segundo inúmeras variáveis) as admissões e desligamentos (portanto, também os “saldos”, vale dizer, a variação em número absoluto, do número de vínculos). Não apresentam, no entanto, um “ponto de partida” ao qual referir essas grandezas. Perderam-se “x” empregos em um dado período: quanto se alterou, percentualmente, o volume de emprego? Para responder a essa pergunta, tradicionalmente, se recorre a uma “combinação” dessas duas principais bases (RAIS e CAGED), tomando-se o contingente empregado em 31/12 do último ano em que a RAIS já se encontra disponível e “lançando-se” sobre ele as variações captadas pelo CAGED. Ora, como essas bases são distintas e têm alcances diferenciados sobre os universos que pretendem cobrir, o procedimento de “articulá-las” é meramente **exploratório** e **aproximativo**. Ainda assim, é consagrado, feita a ressalva, dada a ausência de melhores alternativas. Este texto,

especificamente, dedica-se a avaliar o comportamento do mercado de trabalho da RMPA em 2015, ano para o qual a base da RAIS ainda não se encontra disponível. Por isso recorre à RAIS de 2014 como ponto de referência e “aplica-lhe” as movimentações do último ano.

Para fazê-lo, no entanto, é preciso retirar da RAIS, desconsiderando-os, alguns “tipos de vínculo”, para que o “estoque” inicial seja o mais compatível possível com o universo cuja movimentação se consegue apreender pelo CAGED. Com isso, as informações apresentadas neste texto referentes aos volumes de emprego da RAIS **não correspondem aos totais “oficiais” ou “plenos”**, constantes dessa base. Em todas as referências que se fizer a esses dados, deve-se compreender que se trata de uma **“RAIS ajustada”** ao cotejo com o CAGED. As informações sobre o setor **Administração Pública**, em especial, tendo sido retirados os funcionários públicos estatutários do cômputo da RAIS (e estando os mesmos ausentes do CAGED), tornam-se, sem meias-palavras, inaproveitáveis.

Advertência não menos importante: tendo-se presente que este texto consolida uma etapa parcial de um estudo que, como já foi mencionado, irá articular as evidências colhidas nas bases do MTPS com as levantadas pela PED, a composição da Região Metropolitana de Porto Alegre acompanha, aqui, o recorte utilizado naquela série, o que significou **desconsiderar dez municípios** que integram, oficialmente, essa Região. São eles: Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara³. Tabularam-se as informações dos outros 24 municípios⁴ para formar a RMPA como aqui a abordamos.

Além dessas, algumas rápidas observações:

- Para que se obtenham as informações completas do CAGED, acessando-se a base pela internet, é preciso realizar duas tabulações, que não se encontram integradas, e somá-las: em uma se obtêm as declarações realizadas dentro do prazo; na outra, fora dele. Por alguma razão que ignoramos, a base das informações atrasadas não contempla a variável **Tempo de Serviço**.
- Nesta análise, recorre-se constantemente à série da RAIS nos dez anos que antecedem 2015; para a variável **Escolaridade**, entretanto, recuou-se apenas até 2006, porque, naquele ano, houve mudança nas categorias de seriação da RAIS e do CAGED, devido à reestruturação da Educação Básica.

³ Registre-se que, desses dez, três tampouco são incluídos na RMPA que as bases do MTPS oferecem já agregada (Igrejinha, Rolante e São Sebastião do Caí).

⁴ Esses são: Alvorada, Araricá, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Triunfo e Viamão.

- Acompanhando-se a tradição nos estudos de mercado de trabalho realizados no Brasil a partir dessas bases do Ministério do Trabalho, colhem-se no CAGED, fundamentalmente, os **saldos** das movimentações (admitidos – desligados). Compreenda-se, portanto, que, se em alguns momentos se fala na “criação”/ “geração” de um dado número de empregos, está-se querendo referir à magnitude da variação positiva desses postos, que podem ter surgido em número muito maior, sendo porém, parcialmente “neutralizados” por desligamentos em volumes consideráveis. A implicação analítica dessa consideração não é trivial: um pequeno “delta” ou mesmo a estabilidade quantitativa do número de empregos (globalmente, ou em determinado recorte que se opere) pode encobrir vultosos movimentos, simultâneos, de extinção e geração de oportunidades de trabalho, o que tem grande relevância para a apreensão da dinâmica de um mercado.
- Neste texto, sem preocupação em dar um tratamento uniforme ao longo dos vários recortes analíticos selecionados, eventualmente se abordam, não apenas os “saldos”, mas também as magnitudes das admissões e dos desligamentos, separadamente, bem como, com relação a esses últimos, as razões informadas para sua ocorrência. Em artigo anterior (Xavier Sobrinho, Sternberg, 2016), exploramos o potencial analítico de destacar, na análise dos desligamentos, aqueles tabulados como “a pedido” (do empregado), que, constatou-se, tiveram impressionante elevação ao longo do recente (e longo) ciclo expansivo do emprego, no País e no Rio Grande do Sul. Aqui, em se tratando, desta feita, de uma conjuntura de retração, observou-se em separado as demissões sem justa causa, consideradas (potencialmente) mais expressivas das estratégias de ajuste implementadas pelos estabelecimentos, diante de uma crise. Todavia, há que se ter presente que o CAGED as agrupa na categoria “desligamento por demissão sem justa causa, término de contrato por prazo determinado, término de contrato”. Embora, em nossa metodologia, essa desagregação tenha sido aplicada para todas as dimensões abordadas, seus resultados só serão mencionados, aqui, quando mostrarem contrastes de interesse analítico.

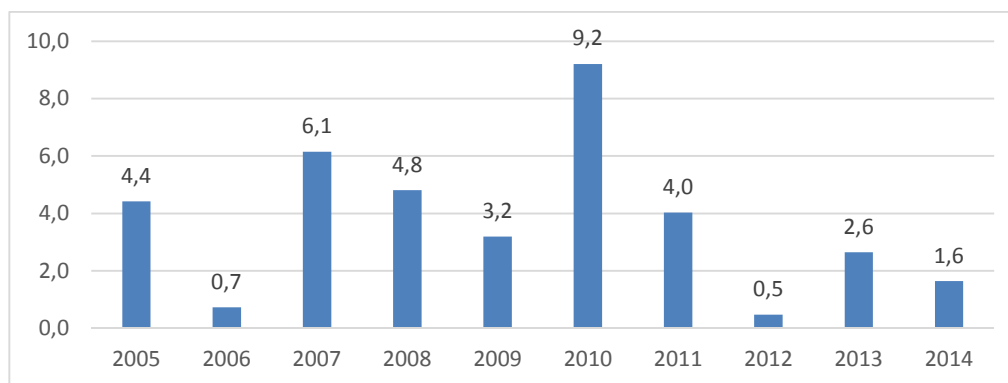
1.2. Dez anos de bons ventos, com mudanças no perfil do empregado formal da RMPA

Em consonância com o que se verificou no Brasil em seu conjunto, a principal metrópole gaúcha embalou, entre o início da década passada e os primeiros anos desta, uma sequência de anos de crescimento do emprego formal como não se verificava havia décadas.

Conforme o Gráfico 1 evidencia, houve oscilações consideráveis no percentual de variação do estoque de empregos, tendo seu ponto máximo em 2010, quando ele atingiu

9,2%, e seus desempenhos mais modestos em 2006 e 2012, quando esteve próximo ou igual a 0,5%. O que há muito tempo não se registrava, e veio a se configurar em 2015, era uma retração absoluta no número de trabalhadores formalmente empregados na Região, objeto da próxima seção.

Gráfico 1 – Variação anual (%) do emprego formal na RMPA, 2005-14



Fonte: RAIS/MTPS.

Notas: (1) Toma-se como referência o número de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano; (2) Dez municípios que integram a RMPA não foram considerados, para futura compatibilização com a série da PED-RMPA que não os contempla (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara).

Em que pese a esta “cadência” irregular, a tendência de dinamização do mercado de trabalho metropolitano garantiu um ganho de quase 350 mil empregos, no acumulado entre o final de 2004 e o de 2014, quando o “estoque” de vínculos ativos atingiu 1.140.518. A variação nesse período consagra um crescimento de 43,8%.

Essa expansão, por certo, não contemplou de modo uniforme ou homogêneo, diferentes “secções” – analiticamente relevantes – do mercado de trabalho e da estrutura produtiva da RMPA. Destacam-se, a seguir, algumas modificações – muitas das quais detentoras de uma tendência continuada, própria de transformações estruturais – observadas no decênio, na fisionomia desse mercado.

Considerando-se o **sexo** dos indivíduos cobertos pelos registros da RAIS, o avanço do emprego formal feminino superou em muito, em termos relativos, o do masculino, entre 2004 e 2014. O percentual de crescimento dos vínculos de trabalho que as mulheres detêm foi de 63,0%, praticamente o dobro do verificado para os homens, de 31,4%. Elas açambarcaram um número superior de vagas, 56,5% dos postos criados no período, num movimento que atuou fortemente no sentido de corrigir a histórica desvantagem quantitativa a que estão submetidas. A participação feminina passou de 39,3% para 44,6% do total de empregados formais da RMPA.

Setorialmente, a expansão do mercado de trabalho metropolitano no período foi inequivocamente terciária. A Indústria de Transformação teve uma variação de apenas 1,0% no decênio. Embora a Construção Civil, no “ponta a ponta”, apresente uma elevação de 74,7%, a expansão (de cerca de 30 mil empregos) em seu estoque de assalariados formais fica bem abaixo de 10% do emprego gerado na região. Serviços e Comércio destacam-se com 57,4% e 54,7% de elevação, respectivamente, gerando, em conjunto, 279.216 postos, ou 80,4% do “delta” geral do mercado formal da RMPA.

O emprego metropolitano cresceu em todas as faixas de **tamanho de estabelecimento**, entre 2004 e 2014. Quando se consideram os nove intervalos dimensionais apresentados pela RAIS, o destaque, relativo e absoluto, são as empresas com mil empregados ou mais: seu contingente cresceu 70,2%, com 80.830 novos postos, 23,3% do volume acrescido no emprego formal da região, no período. Sua parcela no total passa de 14,5% para 17,2%, constituindo-se na variação de participação, positiva ou negativa, mais acentuada dentre todas as faixas. Avançam, também, com intensidade um pouco menor, os estratos que conformam o intervalo de 10 a 49 empregados. Por outro lado, perdem representatividade as faixas que englobam estabelecimentos de 250 a 999 empregados e a de tamanho mais exíguo (1 a 4 trabalhadores). De qualquer modo, o que se observa são transformações incrementais que não alteram significativamente a distribuição dimensional.

A pirâmide **etária** dos empregados com registro formal na RMPA tem uma mudança veloz no decênio 2004-2014, espelhando a transição demográfica por que passa a população. Nessa fase de expansão, nenhuma faixa de idade sofreu encolhimento, mas os percentuais acumulados são sempre maiores à medida que avança o número de anos de vida, tornando-se espetaculares para os segmentos mais idosos (132,2% para os indivíduos de 50 a 64 anos; 183,2% para aqueles de 65 ou mais). A participação dos menores também se amplia bastante, com um crescimento de 100,6% do número de postos (mas o contingente é pequeno, representando apenas 2,0% do total de trabalhadores, no final do período). Todos os outros estratos têm variações inferiores à do agregado do mercado (de 43,8%, como foi referido).

Quando se trata da **escolaridade**, o período que precede 2015 é, também, de profunda transformação. No tratamento desta variável, apenas, não se utilizou o decênio, mas o intervalo que vai de 2006 a 2014, por uma conveniência da disponibilidade dos dados, já assinalada acima. A variação total do emprego formal metropolitano, no período, foi de 36,7%. O número de indivíduos com instrução inferior ao Fundamental completo tem queda de 16,1%, tendo sua participação no total encolhido dos 20,8% iniciais para 12,8%. Enquanto o estoque total é acrescido em 306 mil postos adicionais, os menos escolarizados têm redução

de 27.867 trabalhadores. À medida em que os níveis de educação avançam, os percentuais de aumento de contingente são progressivos, até se chegar ao Superior completo (ou mais), que dobra (100,6%) o número de seus integrantes, no período, atingindo em 2014 uma participação de 15,0% (em contraste com os 10,2% que detinha, 8 anos antes). Nesse último ano, o estrato dos empregados que tinham Ensino Médio completo ou Superior Incompleto atingiu exatos 50% da distribuição. Os que tinham menos do que isso, somados, restringiam-se, portanto, a 35%, quando, em 2006, eram 48,9%.

A série da RAIS, quando se tabula o **tempo de serviço** dos empregados formais da RMPA, não mostra alterações significativas na distribuição, entre 2004 e 2014. Essa variável, no entanto, foi investigada e se reveste de especial interesse quando se trata de cotejar a fisionomia desse mercado, em um contexto de crescimento, com o perfil dos demitidos, em uma conjuntura de eliminação de empregos. Registre-se que, embora estável, é muito eloquente a elevadíssima participação de vínculos recentes de trabalho em nosso mercado: a parcela daqueles que não haviam atingido dois anos no estabelecimento era de 54,5% em 2014, vindo de 53,3% no início do período analisado⁵.

Na próxima seção, a análise concentra-se nos movimentos apreendidos com base no CAGED referentes ao mercado de trabalho da RMPA no ano de 2015. Não deixaremos de retomar alguns dos pontos aqui apresentados, neste sucinto apanhado do decênio 2004-2014. Teremos, ainda, a oportunidade de explorar mais detidamente vários deles, de acordo com a relevância que mostrarem para a compreensão da movimentação apurada no ano passado.

2. 2015 em perspectiva: quem perde o emprego ‘prioritariamente’ na Região?

Revertendo o ciclo expansivo que vimos de delinear, 2015 se apresenta como um ano de encolhimento do mercado formal de trabalho metropolitano. De janeiro a dezembro do ano passado, ponderadas as admissões e os desligamentos apurados pelo MTPS por intermédio do CAGED, houve uma retração de 46.914 postos na RMPA. Se, de forma aproximativa, tomamos como referência o estoque de assalariados – apenas os celetistas, conforme ajuste anteriormente esclarecido – no último dia de 2014, fornecido pela RAIS, estimam-se as perdas registradas no emprego formal da região em -4,1%. A partir dessas duas fontes, analisam-se, a seguir, algumas características desse movimento de refluxo, investigando-se

⁵ Por certo, um pequeno aumento desse percentual é bastante compreensível em uma fase de considerável expansão do emprego, que implica a incorporação regular de novos contingentes. Esse ingente patamar, no entanto, expressa um aspecto persistente da precariedade das relações de trabalho do país, a rotatividade (Xavier Sobrinho, Sternberg, 2016).

quais segmentos da força de trabalho (conforme atributos pessoais), setores de atividade econômica e estratos dimensionais dos estabelecimentos foram mais atingidos.

2.1. Sexo

O ajuste atingiu de forma mais severa a força de trabalho masculina. Os homens responderam por 61,5% dos postos eliminados (-28.871 vínculos), percentual mais elevado do que o que ostentavam na estrutura do mercado ao final do ano anterior (55,2%), como se pode observar na Tabela 1. Desse modo, o contingente masculino teria se reduzido em 4,6%, enquanto o feminino em 3,5%. Quando se consideram apenas as “demissões sem justa causa, término de contrato”, os homens foram objeto de 58,8% delas. Já nas contratações ocorridas ao longo de 2015, a mão de obra masculina atingiu percentual de 55,7%, bem mais próximo ao de sua participação na RAIS do ano anterior.

Tabela 1 – Número de empregados em 31/12/2014, saldo das movimentações em 2015, estoque estimado em 2015 e variação, conforme o sexo dos trabalhadores e setores de atividade dos estabelecimentos empregadores, RMPA

IBGE Setor	Sexo empregado/a	Nº empregados		Movimentação	Estoque estimado	Variação (%)
		RAIS 2014 (31/12)	Saldo CAGED 2015	2015 (31/12)	estimada 2015	
1 - Extrativa mineral	Total	1.150	-138	1.012	-12,0	
	Masculino	1.006	-115	891	-11,4	
	Feminino	144	-23	121	-16,0	
2 - Indústria de transformação	Total	242.121	-20.077	222.044	-8,3	
	Masculino	157.557	-12.369	145.188	-7,9	
	Feminino	84.564	-7.708	76.856	-9,1	
3 - Serviços industriais de utilidade pública	Total	10.296	-962	9.334	-9,3	
	Masculino	7.629	-492	7.137	-6,4	
	Feminino	2.667	-470	2.197	-17,6	
4 - Construção Civil	Total	69.065	-8.789	60.276	-12,7	
	Masculino	62.464	-7.939	54.525	-12,7	
	Feminino	6.601	-850	5.751	-12,9	
5 - Comércio	Total	242.734	-6.346	236.388	-2,6	
	Masculino	126.946	-2.485	124.461	-2,0	
	Feminino	115.788	-3.861	111.927	-3,3	
6 - Serviços	Total	530.242	-11.048	519.194	-2,1	
	Masculino	262.641	-5.756	256.885	-2,2	
	Feminino	267.601	-5.292	262.309	-2,0	
7 - Administração Pública	Total	41.079	60	41.139	0,1	
	Masculino	11.088	-31	11.057	-0,3	
	Feminino	29.991	91	30.082	0,3	
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Total	3.831	386	4.217	10,1	
	Masculino	3.055	316	3.371	10,3	
	Feminino	776	70	846	9,0	
TOTAL DOS SETORES	Total	1.140.518	-46.914	1.093.604	-4,1	
	Masculino	632.386	-28.871	603.515	-4,6	
	Feminino	508.132	-18.043	490.089	-3,6	

Fonte: RAIS, CAGED (MTPS, bases de dados acessadas on-line).

Notas: (1) Dez municípios que integram a RMPA não foram considerados, para futura compatibilização com a série da PED-RMPA, que não os contempla (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha,

Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara); (2) Na tabulação dos estoques da RAIS foram excluídas categorias de “tipos de vínculo” – com destaque aos funcionários públicos estatutários –, para possibilitar a articulação (aproximativa) dessa base com a do CAGED, que não as contempla.

A fase expansiva do emprego, que 2015 veio interromper, assinalou, como foi visto na seção anterior, um importante ganho relativo para as mulheres, quando se considera a RAIS. Diferentemente – tendo em vista as tensões já referidas entre as duas bases – quando se acumula o saldo positivo, via CAGED, entre 2004 e 2014, chega-se a uma virtual equidade dos gêneros na distribuição dos vínculos acrescidos. Desses, 51% teriam sido absorvidos por homens, e 49%, por mulheres. Como a participação feminina atinge patamares historicamente inferiores, a partilha igualitária das novas oportunidades, por si mesma, já permitiria às mulheres um avanço relativo na estrutura do mercado. Conferindo-se à RAIS a primazia que lhe é atribuída em confiabilidade, sobretudo no longo prazo, reitera-se que, de 39,3% do estoque de empregos formais, na RAIS de 2004, elas ascenderam para uma participação de 44,6%, em 2014. Nesse período de tempo, seguindo-se a mesma fonte, enquanto o emprego masculino cresceu 31,4%, o feminino aumentou 63,0%.

Voltando-se ao CAGED, no que ele tem de mais proveitoso, que é o movimento recente, fica a indicação de que a conjuntura de crise não apenas teria preservado esse ganho relativo da força de trabalho feminina: repetindo-se o procedimento meramente exploratório de articular dados de bases distintas, pode-se estimar que as mulheres tiveram mais um pequeno avanço de sua representatividade no mercado formal, em 2015, com relação ao ano anterior, passando a ocupar 44,8% dos postos.

2.2. Setores de atividade econômica

A retração do mercado formal de trabalho na RMPA, em 2015, teve seu epicentro na indústria de transformação (Tabela 1). Este setor, que ao final de 2014 representava 21,2% do emprego metropolitano com registro, foi responsável por 42,8% do saldo negativo verificado no ano passado, com um declínio de 20.077 postos. O emprego masculino teve, aqui, um recuo de 12.369 postos (61,6% da perda setorial), bem superior aos 7.708 que as mulheres perderam. Todavia, quando se considera a participação dos homens na indústria (65,1% da força de trabalho empregada formalmente no setor, ao final de 2014), constata-se que as mulheres foram, neste caso, mais atingidas pelos cortes, proporcionalmente. Pode-se estimar a retração do emprego industrial feminino em 9,1%, no ano passado, enquanto a dos homens atingiria 7,9% (ficando a do setor, conjuntamente, em 8,3%).

Utilizando-se a desagregação em 8 setores apresentada nas bases do MTPS⁶, o Serviços é, com larga distância, o principal empregador na RMPA, abrigoando, ao final de 2014, segundo a RAIS, 46,5% dos vínculos formais de trabalho. Em 2015, sua força de trabalho também diminuiu. O número absoluto de postos eliminados (11.048) o coloca na segunda posição desse ‘ranking’ negativo, mas, em termos relativos (sempre no cotejo aproximativo com a RAIS do ano anterior), sua retração, de 2,1%, foi bem mais branda do que a do agregado do mercado formal metropolitano. Nesse setor, há um considerável equilíbrio (numérico) entre homens e mulheres, na distribuição de postos, e as perdas do ano passado atingiram os dois sexos em intensidade semelhante.

O segundo setor em número de empregos, na estrutura do mercado formal metropolitano, ao final de 2014, era o Comércio – que respondia por 21,3% do total, virtualmente empatado com a Indústria de Transformação (que representava 21,2%, como já foi mencionado, ficando na terceira posição). No ano que passou, sofreu uma perda líquida de 6.346 vínculos. Em termos relativos, ela foi menos acentuada, à semelhança dos Serviços, do que a do agregado dos setores, situando-se em 2,6%. No Comércio, a abertura dos saldos das movimentações segundo o sexo evidencia que as demissões atingiram mais intensamente as mulheres (-3,3% de redução estimada, com referência ao estoque de 2014, face a 2,0% para os homens). O emprego no setor, de acordo com a RAIS, mostra uma distribuição bastante equilibrada entre os sexos, com pequeno predomínio dos homens, no último levantamento.

Por fim, dentre os setores de atividade com maior expressão na estrutura do mercado formal da RMPA, o grande destaque quanto ao encolhimento relativo da força de trabalho foi a Construção Civil. Detentora de 6,1% dos vínculos legalizados de trabalho, ao final de 2014, estima-se em 12,7% a diminuição de seu contingente, ao longo do ano passado (Tabela 1). Nada menos do que 8.789 postos foram eliminados. Os homens, aqui, uma vez que representam 90% da força de trabalho setorial, recebem praticamente sozinhos (em idêntica proporção, na verdade) o impacto dessas demissões.

É interessante observar que, nos dez anos que tomamos aqui para analisar o ciclo de expansão do emprego formal, a tendência da ocupação na Indústria de Transformação, no contexto metropolitano, já se diferenciava fortemente, no conjunto dos quatro setores destacados. Entre 2004 e 2014, segundo a RAIS, a força de trabalho setorial permaneceu estável, oscilando entre um mínimo de 230,4 mil vínculos, em 2013, e um máximo pouco

⁶ Não é demais enfatizar que a Administração Pública, uma dessas oito “aberturas”, é praticamente “invisibilizada”, na forma como os dados são aqui tratados, em função da exclusão dos trabalhadores estatutários das tabulações da RAIS, para fins de compatibilização com as séries do CAGED, que não os contemplam.

superior a 260 mil, nos anos de 2007 e 2008. No “ponta a ponta” desse intervalo analítico, sua variação foi de 1,0%, em contraste com o aumento de 43,8% do emprego formal da Região, em seu conjunto, como já foi registrado. A participação da Indústria de Transformação recuou de 30,2% para 21,2% nesse mercado de trabalho. No período, a Construção Civil se destaca em termos relativos (com um acréscimo de 74,7% de seu contingente), seguida pelos Serviços e Comércio, com expansões de 57,4% e 54,7%, respectivamente, que, superiores aos do agregado dos setores, implicaram ganhos de participação dessas atividades.

2.3. Porte dos estabelecimentos empregadores

Segundo a RAIS, ao final de 2014, os estabelecimentos com até 4 empregados respondiam por 9,2% dos empregos formais da RMPA. Esse intervalo dimensional foi o único a expandir seu contingente de trabalhadores, em 2015, segundo o CAGED, tendo gerado 16.537 postos adicionais. Dentre os demais, as principais reduções, em termos absolutos, ocorreram nos estabelecimentos de 20 a 49 empregados (-10.949 postos); de 100 a 249 (-9.243); e de 500 a 999 (-8.043). Quanto às retrações relativas – estimadas no cotejo com a RAIS –, elas variaram de 3,9%, no segmento de 1000 ou mais empregados, a 8,5%, na secção imediatamente anterior, de 500 a 999 (Tabela 2).

O ano de 2015, marcado pela deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, reedita a primazia dos estabelecimentos muito pequenos na criação de saldos, conforme medidos pelo CAGED, tendência que se manifesta também nos anos anteriores observados, que compõem uma fase expansiva. Para se ter uma ideia, se agregarmos as admissões e desligamentos dos 11 anos compreendidos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2014, 84,5% do saldo positivo concentraram-se nos estabelecimentos com até 4 trabalhadores contratados. Isso representaria uma variação de 357 mil empregos somente nesse estrato de tamanho. No entanto, quando se tomam os registros da RAIS, e se comparam os estoques de emprego em 31 de dezembro de 2003 e de 2014, a variação nesse porte de estabelecimento é de apenas 25.235 vagas. Sabidamente, empregadores muito pequenos apresentam alto grau de mortalidade e é reconhecida a subnotificação de fechamento dessas empresas.

Tabela 2 – Número de empregados em 31/12/2014, saldo das movimentações em 2015, estoque estimado em 2015 e variação, conforme o porte dos estabelecimentos empregadores, RMPA

Porte do estabelecimento (número de empregados)	Nº empregados RAIS 2014 (31/12)	Movimentação Saldo CAGED 2015	Estoque estimado 2015 (31/12)	Variação (%) estimada 2015
Até 4	104.793	16.537	121.330	15,8
De 5 a 9	101.836	-5.533	96.303	-5,4
De 10 a 19	127.848	-7.736	120.112	-6,1
De 20 a 49	167.475	-10.949	156.526	-6,5
De 50 a 99	114.069	-7.977	106.092	-7,0
De 100 a 249	135.734	-9.243	126.491	-6,8
De 250 a 499	98.436	-6.331	92.105	-6,4
De 500 a 999	94.342	-8.043	86.299	-8,5
1000 ou mais	195.985	-7.639	188.346	-3,9
Total	1.140.518	-46.914	1.093.604	-4,1

Fonte: RAIS, CAGED (MTPS, bases de dados acessadas on-line).

Notas: (1) Dez municípios que integram a RMPA não foram considerados, para futura compatibilização com a série da PED-RMPA, que não os contempla (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara); (2) Na tabulação dos estoques da RAIS foram excluídas categorias de “tipos de vínculo” – com destaque aos funcionários públicos estatutários –, para possibilitar a articulação (aproximativa) dessa base com a do CAGED, que não as contempla.

Quando agrupamos os estabelecimentos até 99 empregados, e tendo presentes as ressalvas mencionadas, o CAGED assinala, no ano de 2015, uma retração de 15.658 vínculos de trabalho; já nos estabelecimentos acima desse patamar, a perda de empregos salta para 31.256. Vale ter presente que, no final de 2014, os estabelecimentos com até 99 empregados respondiam por 54,0% dos empregos formais celetistas da RMPA. Nesse intervalo dimensional de tamanho, a rotatividade demonstra-se mais intensa: no ano de 2015, ele respondeu por 62,9% das demissões sem justa causa e por 63,8% das admissões captadas pelo CAGED na Grande Porto Alegre, parcelas bem superiores ao peso de que desfrutava na RAIS de 2014, que era de 54,0%.

2.4. Faixas etárias

Os saldos de admissões e desligamentos do CAGED, em 2015, segundo a faixa etária mostram um progressivo viés em desfavor dos trabalhadores, na medida em que aumenta a sua idade. O único estrato em que se verificou variação positiva foi o dos menores de idade (até 17 anos), que teria crescido (na estimativa que resulta da combinação de RAIS e CAGED) 29,5%. A faixa seguinte, de 18 a 24 anos, não tem crescimento, mas escapa da retração: seu contingente atravessa o ano inalterado. A partir dos 25 anos, as perdas são crescentes: na faixa de 25 a 29 já temos um declínio (-4,4%) superior ao da taxa global do

mercado (-4,1%); na de 30 a 39, são 4,9% de redução, e assim sucessivamente até se chegar a -15,6% na faixa de 65 anos ou mais (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de empregados em 31/12/2014, saldo das movimentações em 2015, estoque estimado em 2015 e variação, conforme a faixa etária dos trabalhadores, RMPA

	Nº empregados	Movimentação	Estoque estimado	Variação (%)
Faixa etária do trabalhador	RAIS 2014 (31/12)	Saldo CAGED 2015	2015 (31/12)	estimada 2015
Até 17 anos	22.864	6.741	29.605	29,5
18 a 24 anos	187.527	-61	187.466	0,0
25 a 29 anos	176.718	-7.856	168.862	-4,4
30 a 39 anos	340.823	-16.713	324.110	-4,9
40 a 49 anos	228.208	-12.180	216.028	-5,3
50 a 64 anos	172.327	-14.970	157.357	-8,7
65 ou mais	12.048	-1.875	10.173	-15,6
Total	1.140.518	-46.914	1.093.604	-4,1

Fonte: RAIS, CAGED (MTPS, bases de dados acessadas on-line).

Notas: (1) Dez municípios que integram a RMPA não foram considerados, para futura compatibilização com a série da PED-RMPA, que não os contempla (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara); (2) Na tabulação dos estoques da RAIS foram excluídas categorias de “tipos de vínculo” – com destaque aos funcionários públicos estatutários –, para possibilitar a articulação (aproximativa) dessa base com a do CAGED, que não as contempla.

Não se pode concluir, entretanto, que esse intervalo aberto tomado como “topo” da pirâmide tenha sido priorizado nas demissões efetuadas pelos empregadores. Os trabalhadores de mais de 65 anos representavam 1,1% dos empregados formais da RMPA, em 2014 e arcam com somente 0,6% dos desligamentos totais em 2015 (0,5% se consideradas somente as demissões sem justa causa). Se, num exercício especulativo, lançássemos somente as demissões sem justa causa de 2015 no estoque da RAIS do ano anterior, a faixa de 65 anos ou mais teria sido, de todas, a menos penalizada relativamente. No entanto, sua participação nas admissões foi, não surpreendentemente, bem menor (0,3%, a metade da verificada para o grupo no cômputo dos desligamentos). Ponderados os dois movimentos, essa faixa absorve 4% do impacto negativo verificado no emprego metropolitano⁷.

Com uma retração relativa estimada em 8,7% – bem inferior à dos mais idosos, mas duas vezes superior à do conjunto do mercado –, a faixa imediatamente anterior (50 a 64 anos) possui uma representatividade bem maior no conjunto de empregados. Ao final de 2014, detinha 15,1% dos postos – o segundo avanço relativo mais intenso, frente ao ano de

⁷ Não se deve perder de vista, ademais, que o CAGED não registra a mudança de idade dos trabalhadores que atravessam o ano empregados, e um certo número de indivíduos, logicamente, “progride” do intervalo anterior, ao longo do ano, o que tem impacto não desprezível na recomposição do contingente de cada faixa etária recortada.

2004, quando sua participação era de 9,4%⁸. Repetem-se com ela, um pouco atenuados, os contrastes que se observaram no estrato “veterano”: os trabalhadores de 50 a 65 anos responderam por 8,8% dos desligamentos (9,4%, quando isoladas as demissões sem justa causa), mas foram apenas 6,7% dos admitidos. Com isso, sua “quota” no saldo negativo geral do emprego chega a 31,9%, mais do que o dobro dos 15,1% que ocupava na distribuição etária dos trabalhadores.

As faixas mais centrais, de 30 a 39 e de 40 a 49 anos de idade, têm, com diferenças aqui não relevantes entre elas, comportamentos mais próximos ao do agregado. Registre-se, primeiramente, que ambas mantiveram participações razoavelmente estáveis na distribuição etária do mercado metropolitano, nos 10 anos que servem aqui de recuo: a primeira delas avançou de 28,0% para 29,9%; a segunda teve pequena variação para baixo (de 20,6% para 20,0%). Em 2015, suas perdas estimadas são superiores, mas bem menos discrepantes do que as dos mais velhos, frente aos -4,1% do conjunto do emprego (-4,9% e -5,3%, respectivamente). Em ambos os casos, portanto, a participação no saldo negativo de 2015 excede, mas aqui mais brandamente, a participação na distribuição etária do emprego formal do ano anterior.

Os trabalhadores de 25 a 29 anos tampouco se distanciam muito do comportamento médio do mercado, mas merece menção que essa faixa teve, em 2015, uma participação, tanto nas admissões quanto nos desligamentos (sem justa causa e totais), mais elevada do que a coorte apresentava no estoque de 2014, o que expressa a rotatividade relativamente maior que a afeta. Além disso, para essa faixa etária a RAIS já expõe – no percurso descendente de idades que aqui estamos apresentando – uma retração expressiva da participação, frente ao conjunto dos empregados formais: de 18,0% para 15,5%, entre 2004 e 2014.

Mais acentuado, entretanto, foi o encolhimento relativo do estrato imediatamente mais jovem, ao longo desses dez anos: os trabalhadores de 18 a 24 anos tiveram sua representatividade retraída de 22,0% para 16,4%. O emprego formal de indivíduos desse estrato não deixou de apresentar crescimento, no período, mas foram apenas 7,4%, em contraste com a expansão de 43,8% no estoque geral de postos – a variação mais modesta dentre todas as faixas. Entretanto, o CAGED indica que, em 2015, excetuado o segmento dos menores de idade, foi o único estrato em que o saldo de admissões e desligamentos não foi negativo, com zero de variação, como já foi mencionado. Esse grupo esteve sobrerrepresentado tanto nas admissões quanto nos desligamentos (tendo por referência seu

⁸ A faixa de 65 anos ou mais, proporcionalmente, cresceu mais, tendo partido de 0,5% em 2004 e atingido 1,1% em 2014.

peso na estrutura de 2014), com diferenciais bem superiores ao já observado para a faixa imediatamente mais velha, ostentando, portanto, uma rotatividade ainda mais intensa.

A base dessa distribuição, formada pelos trabalhadores de até 17 anos, teve crescimento de 29,5%, como antecipado acima, resultante da criação de 6.741 postos adicionais. Adquire maior importância, aqui, a advertência já apresentada quanto à mudança de idade dos trabalhadores ao longo do ano, não apreendida quando se tomam apenas os registros administrativos no ato do ingresso e da saída. Esses indicam que os menores, que representavam 2,0% dos empregados em 2014, foram 5,1% dos admitidos em 2015, bem mais do que os 3,5% de sua participação nos desligamentos (3,2% quando tomadas apenas demissões sem justa causa).

Vale assinalar que, se desconsiderássemos os trabalhadores menores de idade, o saldo negativo das movimentações no mercado de trabalho da RMPA, em 2015, passaria de 46.914 para 53.655.

Observa-se, assim, que, diferentemente do que se observou na análise por sexo, a conjuntura recessiva opera em sentido inverso ao movimento que o mercado de trabalho vinha descrevendo no contexto expansivo do decênio anterior: os cortes “rejuvenescem”, em alguma medida, o emprego formal metropolitano, cuja tendência de longo prazo, acompanhando a transição demográfica, é oposta.

2.5. Escolaridade

Quando se consideram os níveis de educação formal dos trabalhadores, o enxugamento por que passou o mercado metropolitano em 2015 foi convergente com a tendência que marca o período recente, marcado por uma elevação sensível do tempo de escolarização médio dos empregados. Tomando-essa variável em faixas, e tendo como fonte a RAIS, constatamos que, entre 2006 e 2014⁹, a participação de trabalhadores formais com educação inferior ao Fundamental Completo recuou de 20,8% para 12,0%, na RMPA. Também a parcela dos indivíduos com menos do que o Ensino Médio sofreu redução relativa considerável, de 28,1% para 22,2% (tabela 4).

⁹ Tendo em vista as mudanças na estruturação da Educação Básica do país, a série da RAIS apresenta a desagregação do nível de escolaridade aqui utilizada somente a partir de 2006. Conforme antecipamos acima, apenas neste caso, abandonamos a referência no decênio 2004-2014, simplificando o tratamento do dado sem prejuízo da apreensão de seu movimento.

Tabela 4 – Número de empregados em 31/12/2014, saldo das movimentações em 2015, estoque estimado em 2015 e variação, conforme a escolaridade e o sexo dos trabalhadores, RMPA

Escolaridade do trabalhador		Nº empregados	Movimentação	Estoque estimado	Variação (%)
		RAIS 2014 (31/12)	Saldo CAGED 2015	2015 (31/12)	estimada 2015
Menos do que Fundamental	Total	145.714	-13.314	132.400	-9,1
	Masculino	95.159	-8.663	86.496	-9,1
	Feminino	50.555	-4.651	45.904	-9,2
Fundamental Completo a Médio Incompleto	Total	252.790	-15.946	236.844	-6,3
	Masculino	156.399	-9.417	146.982	-6,0
	Feminino	96.391	-6.529	89.862	-6,8
Médio Completo a Superior Incompleto	Total	570.606	-16.211	554.395	-2,8
	Masculino	307.256	-9.344	297.912	-3,0
	Feminino	263.350	-6.867	256.483	-2,6
Superior Completo ou mais	Total	171.408	-1.443	169.965	-0,8
	Masculino	73.572	-1.447	72.125	-2,0
	Feminino	97.836	4	97.840	0,0
Total	Total	1.140.518	-46.914	1.093.604	-4,1
	Masculino	632.386	-28.871	603.515	-4,6
	Feminino	508.132	-18.043	490.089	-3,6

Fonte: RAIS, CAGED (MTPS, bases de dados acessadas on-line).

Notas: (1) Dez municípios que integram a RMPA não foram considerados, para futura compatibilização com a série da PED-RMPA, que não os contempla (Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Igrejinha, Montenegro, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Taquara); (2) Na tabulação dos estoques da RAIS foram excluídas categorias de “tipos de vínculo” – com destaque aos funcionários públicos estatutários –, para possibilitar a articulação (aproximativa) dessa base com a do CAGED, que não as contempla.

As duas faixas com maior número de anos estudos completos veem seus percentuais de participação avançarem a passos largos: o segmento com Ensino Médio Completo atinge a marca simbólica de 50% do total de empregados formais (tendo partido de 40,9%, oito anos antes); o Superior Completo, embora bem menos numeroso, passa por uma expansão de 100,6% de seu contingente (enquanto o número total de postos, de todas os níveis de instrução em conjunto, varia 36,7%); sua participação cresce 46,7%, passando de 10,2%, em 2006, para 15,0% em 2014. Nesse ano, pela primeira vez na série, já representava uma parcela mais expressiva do que a dos empregados com escolaridade inferior ao Fundamental.

Como é bastante conhecido, as mulheres ganham maior representatividade na medida em que a escolaridade avança. Em 2014, elas ocupavam 44,6% dos postos de trabalho totais; na faixa com Ensino Médio completo, sua participação já era mais elevada, de 46,2%; na de nível Superior, elas detinham ampla maioria, com 57,1% (Tabela 4).

Quando se observam os efeitos da contração do emprego formal na RMPA em 2015 conforme as faixas de escolarização, constata-se que elas reforçaram a tendência de aumento dos níveis educacionais dos trabalhadores. A estimativa de variação, que remete à RAIS do ano anterior, aponta uma perda de 9,1% na faixa com educação inferior ao Ensino Fundamental, e, embora todos os segmentos percam contingente, os percentuais são

decrecentes a partir daí: -6,3% para o Fundamental completo; -2,8% para o Médio completo; -0,8% para o Superior completo. Aqui, também, o diferencial de gênero tende a se acentuar: as mulheres tiveram perdas relativamente maiores do que as dos homens nas duas faixas de menor nível educacional; a partir do Médio Completo, o recuo é, para o emprego feminino, mais brando (chegando a zero no nível Superior completo).

O exercício de comparar o total de demitidos, de um lado, e os demitidos sem justa causa, de outro, não resultou em contrastes que mereçam, aqui, maior detalhamento, quando se tomam as distribuições por escolaridade dos dois conjuntos de trabalhadores, bastando dizer que recolocou as evidências já apontadas no estudo anterior (Xavier Sobrinho, Sternberg, 2016) de que as demissões sem justa causa afetam proporcionalmente menos os indivíduos quanto mais escolarizados eles são.

2.6. Tempo de serviço (Tempo de vínculo)

A análise sobre os impactos da conjuntura recessiva de 2015 sobre os trabalhadores segundo seu tempo de vínculo no emprego exige duas advertências. Em primeiro lugar, a base do CAGED, para essa variável, não apresentava as tabulações referentes às declarações de estabelecimentos que informaram movimentações fora do prazo. Com isso, o saldo do ano passado fica um pouco diferente (-48.160 postos) do das demais tabulações, ajustadas (-46.914), acima apresentadas. Em segundo, aqui o interesse do dado limita-se aos demitidos – já que todas as admissões envolvem trabalhadores com “zero mês” de vínculo –, não se aplicando tampouco a observação dos saldos, ou da distribuição dos admitidos, conforme atributos, de que se lançou mão nas seções anteriores.

Uma observação da distribuição dos empregados formais da RMPA, segundo o tempo de vínculo, tendo como fonte a série da RAIS, mostra considerável estabilidade na comparação entre 2004 e 2014. A proporção de trabalhadores com menos de um ano no estabelecimento oscila de 36,9% para 37,6%. A dos que tinham entre um e três anos de “casa”, passa de 27,1% para 27,6%. A maior dessas pequenas variações (de pouco mais de um ponto percentual) aparece nos vínculos de 3 anos ou mais, que representavam 35,9%, em 2004, e 34,8%, em 2014⁽¹⁰⁾.

Isso posto, a distribuição dos desligados no ano de 2015 revela que 58,7% deles não haviam completado um ano no estabelecimento; 25,5% tinham entre um e três anos; 13,2% já haviam ultrapassado essa última marca.

¹⁰ Em ambas as distribuições há um pequeno resíduo de informações “não classificadas” para essa variável.

Quando se comparam esses percentuais com os de anos anteriores, observa-se uma inflexão, até certo ponto suave, em detrimento dos trabalhadores mais antigos no estabelecimento. Quando se observam as distribuições dos desligados desde 2004 até 2014 (período de contínuo crescimento do emprego formal), não se observa um comportamento muito linear. Tomando-se a participação dos trabalhadores com mais de três anos de vínculo no total de desligados, constata-se que os 13,2% apurados em 2015 superam as marcas dos cinco anos anteriores, quando oscilou entre 10,4% e 11,3%. Recuando-se mais no tempo, percebe-se que a tendência geral do decênio foi de declínio do peso dos mais antigos no conjunto dos desligados, mas com intermitência, tendo aquela participação partido de patamares próximos ou superiores ao percentual verificado no ano passado, e registrado como pico o ano de 2007, quando 15,1% dos empregados desligados tinham mais de 3 anos de vínculo.

3. Considerações finais

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, como, de resto, o do País em seu conjunto, viu, em 2015, interromper-se – ou, muito provavelmente, esgotar-se – um ciclo bastante duradouro, para os padrões brasileiros recentes, de crescimento da ocupação e, de modo muito destacado, do emprego de melhor qualidade, o assalariamento formalizado.

Nos dez anos compreendidos entre o final de 2004 e o final de 2014, na região, o número de postos de trabalho com registro em carteira expandiu-se em 43,8%. A fisionomia desse mercado também assinalou transformações bastante nítidas, em que se destacam: o aprofundamento da terciarização da economia metropolitana (com 80,4% dos postos adicionais concentrados nos setores de Comércio e Serviços); um aumento gradual da representatividade numérica das mulheres no conjunto do emprego formal; um “envelhecimento” notável dos empregados, acompanhando a transição demográfica do país; uma elevação considerável no nível de escolaridade dos assalariados com carteira, reduzindo-se significativamente a participação dos indivíduos com educação formal inferior ao Ensino Médio Completo.

O ano de 2015 faz com que se acendam todos os sinais de alerta, por já levar consigo 4,1% dos empregos formais que se computavam ao final do ano anterior. Os primeiros resultados do CAGED de 2016, entre diversos outros sinais, autorizam-nos a temer que as perdas já consolidadas tenham sido tão-somente a abertura de uma fase de declínio que irá se prolongar. Mas este artigo exime-se da tarefa de especular sobre o futuro do emprego na

RMPA e no país. Limita-se a verificar como a retração já incidiu sobre a força de trabalho metropolitana. Aponta-se, primeiramente, que a inversão de “sinal” na variação do emprego total não reverteu, ao menos até o momento, a tendência de progressivo crescimento da participação relativa das mulheres no mercado formal: elas arcaram com 38,5% do saldo negativo do CAGED em 2015, percentual bem inferior ao que já detinham no “estoque” do ano anterior.

Setorialmente, o ano de revés aprofunda a terciarização consolidada no ciclo de aquecimento do emprego: a indústria de transformação recebe 42,8% do impacto negativo. Comércio e Serviços, por sua vez, têm perdas que se situam próximas à metade daquela apurada para o emprego em sua totalidade.

Quando se observam os saldos entre admissões e desligamentos por idade, constata-se que a erosão do mercado de trabalho, em 2015, “rejuvenesceu” a força de trabalho metropolitana, contra-arrestando a tendência de longo prazo de “envelhecimento” dos empregados formais. Não se observou que as demissões, especificamente, “priorizassem” os indivíduos quanto mais elevadas fossem suas idades; é a ausência de contratações para “repor” os contingentes das faixas mais velhas que acarreta sua perda relativa de participação, ao longo do ano passado.

Já no que diz respeito à escolaridade, fica claro que a conjuntura de crise não afeta a tendência de progressiva elevação dos patamares de educação formal dos trabalhadores, consolidada no decênio de crescimento contínuo do emprego. As perdas estimadas de contingente, por estratos de número de anos de estudo, são claramente decrescentes, conforme avança o nível de instrução.

A análise por tempo de serviço (dos trabalhadores demitidos) não apresenta tendências claras, para o ano passado. A continuidade da pesquisa, articulando as bases do MTPS com as da PED-RMPA permitirão investigar esse (e muitos outros) contrastes (e convergências), considerando-se que os resultados daquela série sugeriram uma retração mais severa da ocupação (formal e informal) para os trabalhadores mais experientes (PED-RMPA, 2016).

Lamentavelmente, o percurso analítico aqui realizado, cujo interesse poderia se esgotar na brevidade da conjuntura, parece abrir a perspectiva de um estudo continuado, a ser constantemente refinado e atualizado, sobre uma fase bem menos virtuosa que pode estar apenas se inaugurando, no mercado de trabalho brasileiro e, em nosso interesse mais específico, gaúcho e metropolitano.

4. Bibliografia Referida

Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Site internet. Url: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/registros-administrativos/comparativo-rais-x-caged.htm>. Acessado em 10 de março de 2016.

PED-RMPA. Desempenho do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2015. FEE, Porto Alegre, ano 24, jan. 2016. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/20160309informe-ped-rmpa-anual-2015-revisado-final-atualizado.pdf>

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F., STERNBERG, Sheila S. W. Demissões voluntárias: sentidos renovados da rotatividade em um mercado de trabalho aquecido. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 3, pp. 85-96, 2016.